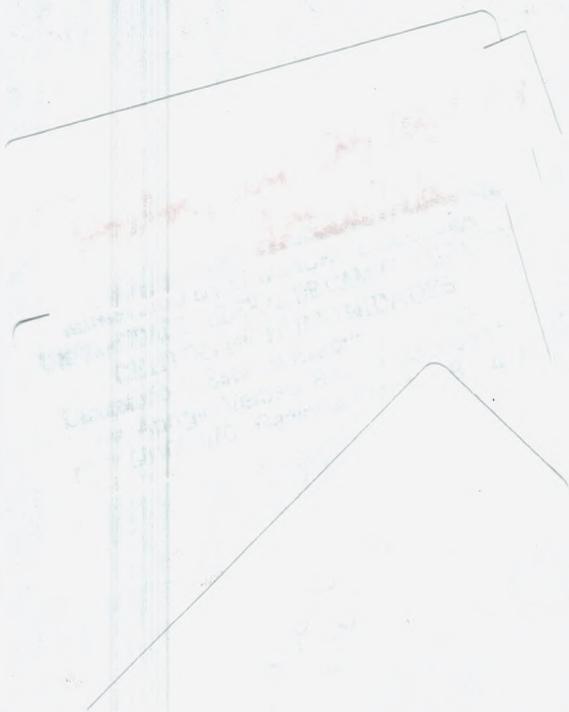


DANIELA ALBUQUERQUE CAVALCANTI

**“ESCRAVIDÃO COLONIAL:
UM TEMA EM DEBATE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.
UMA REFLEXÃO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL”.**



CAMPINA GRANDE
ABRIL - 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

**“ESCRAVIDÃO COLONIAL:
UM TEMA EM DEBATE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.
UMA REFLEXÃO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL”**

Monografia apresentada ao curso de História para a obtenção do título de Licenciatura em História na Universidade Federal de Campina Grande pela aluna **Daniela Albuquerque Cavalcanti**.

CAMPINA GRANDE
ABRIL - 2004

DANIELA ALBUQUERQUE CAVALCANTI

**“ESCRAVIDÃO COLONIAL: UM TEMA EM DEBATE NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA. UMA REFLEXÃO PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL”.**

MONOGRAFIA APRESENTADA EM ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

MARIA LIÉGE FREITAS FERREIRA

(ORIENTADORA)

HERRY CHARRIERY DA COSTA SANTOS

(EXAMINADOR)

JOSÉ BENJAMIM MONTENEGRO

(EXAMINADOR)

CAMPINA GRANDE
ABRIL 2004



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

DEDICATÓRIA

A Deus, a minha família e a todos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela sua representação em minha vida.

Aos meus pais e a minha irmã, que investiram nos meus estudos, e principalmente pelo amor incondicional que sempre expressam a minha pessoa.

A todos os professores do curso de Historia pela contribuição, para minha formação, que infelizmente eu não soube melhor aproveitar, mas nunca é tarde para quem quer aprender, e traça objetivos na vida. Em especial a professora Liége, a quem devo meu eterno agradecimento e admiração.

A professores, a quem julgo serem referências de competência e dedicação para com seus compromissos com os alunos, Fábio Guttemberg, José Benjamim Montenegro, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e o mais recente docente Harry Charriery.

A todas as pessoas que conheci durante o curso, destacando aquelas, que agora fazem parte de minha vida e da minha história, Cristiane Farias do Nascimento, Gislaine Fernandes, Joseane Leite Formiga, Lirianny de Araújo Parente, Marilene Dantas da Silva, Romualda Mirdes de Figueiroa, Silvia Tavares, Vanuza Souza Silva.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO

I CAPÍTULO- Gilberto Freire e o pensamento racial no Brasil:
continuidades e mudanças.....05

II CAPÍTULO- Uma reflexão sobre o racismo no Brasil: O livro
didático como um referencial na luta contra a discriminação racial..... 16

III CAPÍTULO-Contribuição pedagógica da problemática “Escravidão
colonial” para o ensino de História.....25

COSIDERAÇÕES FINAIS.....32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

RESUMO

Neste trabalho monográfico, apresento alguns discursos acerca do escravismo na colônia, em especial o de Gilberto Freire no livro “Casa-grande e senzala”.

Minha abordagem tem como uma das finalidades, a análise do livro didático de História do Ensino Fundamental e como ele pode se tornar um referencial didático na luta contra a discriminação racial, uma vez que constitui, praticamente, o único material didático/pedagógico que muitos professores possuem ou tem acesso.

Busquei também apresentar as problemáticas que advém do tema e sua interferência direta no processo de ensino/aprendizagem, pois ele envolve práticas tão comuns no cotidiano escolar, que é justamente, a discriminação, no caso dos negros, e esta tem causas e efeitos complexos, que nos permite fazer inúmeros questionamentos e interpretações.

INTRODUÇÃO

O longo período do escravismo no Brasil, mais de três séculos, acarretou experiências diversificadas, como também efeitos que afetam nossa sociedade até os dias de hoje. Esta problemática é objeto de análise de muitos estudiosos atentos para esta temática que faz emergir tantas abordagens. Minha monografia trabalha com o período colonial, tendo Gilberto Freire como o meu principal referencial teórico, refletindo acerca de suas concepções, tão presentes no livro didático, esse que é o principal recurso utilizado pelos professores, que por sua vez traz intencionalidades que vão além de sua elaboração teórica.

Esta monografia é composta por três capítulos; no primeiro intitulado **Gilberto Freire e o pensamento racial no Brasil: continuidades e mudanças** discutirei o livro Casa Grande e senzala de Gilberto Freire, que é indiscutivelmente, um dos mais importantes livros da historiografia brasileira, suas inúmeras edições e comentários de seus prefaciadores nos confirma isso. Partindo da importância do pensamento de Gilberto Freire sobre a sociedade colonial brasileira, assim como as leituras desse autor sobre as identidades da colônia, procurei enfatizar como ele representa as experiências dos negros que vieram da África para suprir a falta de mão-de-obra naquela sociedade. Levando em consideração o contexto nacional em que a obra foi escrita, enfatizando-o de forma breve, e os possíveis motivos que tornou o livro de Gilberto Freire um marco na historiografia brasileira.

No segundo capítulo intitulado **Uma reflexão sobre o racismo no Brasil: O livro didático como uma referência na luta contra a discriminação racial** busquei apresentar os discursos presente nos livros didáticos do ensino fundamental no que diz respeito ao escravismo colonial,

questionando a maneira como os negros são representados pelos autores pesquisados; reforçando ou não, sua exclusão, que tem suas origens em causas mais profundas do que apenas culturais; assim como procurei através de seu questionamento, enfatiza-lo como referencia na luta contra a discriminação racial, através do tema transversal “Pluralidade cultural”, mostrado como parte das novas propostas curriculares elaboradas pelo Ministério da Educação e Cultura, pressupondo inúmeras reflexões com respeito as diferenças, existentes entre as pessoas.

Discutirei no terceiro capítulo intitulado **Contribuição pedagógica da problemática “Escravidão colonial” para o ensino de História** como a problemática da escravidão interfere diretamente na vida cotidiana das pessoas trazendo á tona temas como, abolição, discriminação, preconceito racial, identidade étnica e cidadania; temas que tem e constituído novos objetos de reflexões.

Este trabalho monográfico propõe uma contribuição na análise histórica com a reflexão dos estudos relativos á escravidão no Brasil, trazendo referências que se assemelham e se divergem em suas discussões, mas que possuem o intuito de enriquecer o olhar crítico daqueles que se dispõem a refletir sobre as implicações que estes estudos revelam.

CAPÍTULO I:

Gilberto freire e o pensamento racial no Brasil: continuidades e mudanças.

A escravidão no Brasil colonial continua atraindo muitos estudiosos atentos à variedade e à multiplicidade de seus aspectos, e ainda desperta o interesse na busca de melhor contribuir para o conhecimento da escravidão dentro de um debate mais intenso quanto à mesma. O livro “Casa-grande e senzala” de Gilberto Freire, escrito em 1933, revolucionou os estudos no Brasil por seu caráter inovador- “Antes de lermos Casa grande éramos estrangeiros de nosso próprio território”¹ - insere-se na problemática ao “discutir” a formação da sociedade brasileira na relação de três etnias: a branca, a negra e a índia. Esse livro foi uma das referências de estudo para a elaboração deste trabalho monográfico, tendo em vista a sua contribuição no que diz respeito a abordagem a que aqui será apresentado, que é o discurso sobre o escravismo colonial nos livros didáticos de História, especificamente, os do ensino fundamental e suas implicações.

Ressaltarei a importância da obra, defendendo a idéia de que, de acordo com as especificidades de cada período histórico, as sociedades avaliam as culturas distintas da sua, vendo-as a partir de seus próprios padrões culturais, elaborando assim uma considerável representação sobre esse povo, ou seja, a construção de uma identidade é um processo constante de elaboração e está

¹ SOARES, Antonio, et al. Permanências e Atualidades de Casa-grande e senzala. João Pessoa (PB). Edições UFPB, 1984. 12 p.

vinculada a conjuntura histórica. A referência á Freire, não significa, contudo, que o trabalho aqui apresentado, pauta-se no pensamento freiriano.

Na década de 1920 o Brasil foi agitado por vários movimentos de contestação acerca das práticas do governo do país, a exemplo o movimento tenentista que objetivava acabar com a excessiva participação dos grandes fazendeiros na política brasileira; o sentimento oposicionista também atingira outros grupos da sociedade como os trabalhadores descontentes com sua jornada de trabalho. Mas o setor que apresentava maior resistência eram as oligarquias, que amparada sem seu poder econômico e pela força das armas e fraude eleitoral, demonstravam assim, que desejavam se perpetuar no poder.

Entretanto em 1929, uma grave crise de efeitos devastadores abalou a economia e a política mundial, principalmente em uma economia dependente como a brasileira. Por causa da crise, os Estados Unidos, os maiores compradores do nosso café, deixaram de importá-lo. Os preços despencaram e os empréstimos externos desapareceram. No Brasil, os cafeicultores que controlavam a política nacional e mantinham-se no poder as várias oligarquias estaduais, com a crise ficou difícil se manterem no poder. Em 1930, diante do agravamento da situação, explode a Revolução em meio a conspirações contra o governo, e as oligarquias tradicionais são derrubadas. Os acontecimentos de 1930 foram objetos de estudos e pesquisas que resultaram em diferentes interpretações que abordam esse acontecimento político e militar que levou á deposição do presidente Washington Luis, proclamando Getúlio Vargas como novo presidente.

Gilberto Freire era um representante dessa aristocracia em decadência, pois passou sua infância e juventude fazendo inúmeras incursões em casas-grandes dos engenhos de parentes e amigos, e essa relação direta com o cenário agrário, que foi predominante durante há alguns séculos e direcionou a vida em nosso país, conseqüentemente deve tê-lo influenciado em seus estudos que durante os anos de 1930 e 1932 teve impulso, pois este foi o período de seu exílio, e as

circunstâncias o fizeram elaborar uma pesquisa exaustiva em fontes estrangeiras e nacionais, que contribuiu na elaboração de sua obra mais renomada no nosso país e no exterior “Casa-grande e senzala”. E foi nas “casas grandes” que as relações entre senhores e escravos, de proximidade e opressão, começaram a se estabelecer no cotidiano dos que ali viviam, transparecendo contornos socialmente “naturais” na visão de Gilberto Freire.

Num panorama geral a Casa-grande e a senzala retratam os núcleos sociais mais importantes da vida colonial. A casa-grande, embora, diretamente associada ao engenho de cana não era exclusiva dos senhores de engenho, podendo ser encontrada também nas plantações de café, pois estava caracterizada por uma cultura escravocrata e latifundiária. Com relação à sua estrutura, nem sempre eram amplas como o próprio nome sugere, e não seguiam um padrão único de edificação; ao contrário, sua estrutura e seus moradores mudaram durante os mais de três séculos de colonização, mas nas suas proximidades havia uma estrutura mais grosseira, porém não menos importante, a senzala, lugar destinado aos escravos, estes por sua vez geraram a maior parte das riquezas do Brasil no período colonial.

Desse modo o livro de Gilberto Freire expressa a efervescência dos intelectuais com relação à análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930, onde a política oficial buscou “assimilar” a população imigrada em grande proporção, implicando mais uma vez a marginalização do negro e a aculturação dos índios. As ações oficiais buscavam interpretar o Brasil na perspectiva da homogeneidade cultural encobrendo seus interesses econômicos e sociais.

Portanto, Freire se tornou inovador, pois, foi buscar na análise da vida de seus antepassados a história do povo brasileiro, tentando reconstruir o cotidiano das pessoas na colônia, levando em consideração as sensibilidades que eram vigentes. A história se revelaria através de suas especificidades e para que isso fosse se construindo foram utilizadas fontes diversas, a documentação histórica utilizada por Freire constitui uma renovação das fontes na pesquisa histórica até

então realizada como: lendas, fotografias, testamentos, diários, relatórios médicos, e muitos outros, o autor usou também o diálogo com autores do passado e de seu presente. Isso fez emergir novas possibilidades nos estudos direcionados à formação da sociedade brasileira.

Neste sentido, o ponto de partida de Freire foi à análise do desenvolvimento da família patriarcal, como o centro do poder no Brasil do período colonial, levando em consideração a importância que tanto o indígena, como o negro teve nesse contexto, pois a experiência de ambos teria sido marcante e decisiva dentre outros aspectos, para o sucesso da sedentarização e da expansão territorial do país.

Neste sentido, o eixo de discussão da obra foi a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, ou seja, foi no cenário das plantações de cana que ocorreram as relações íntimas que ocasionou a miscigenação entre as três raças: índios, negros e portugueses. Quando Freire aponta que a relação entre essas três raças ocorreu harmoniosamente, ele se baseia em dois fatores, o primeiro seria o temperamento passivo do português, que *à priori* teve convivência com outros povos, resultado em grande medida de seu passado histórico de um -“povo indefinido entre a Europa e a África”² -, marcando assim, seu comportamento flexível, que possibilitou por sua vez, a sua mobilidade, miscibilidade e sua aclimatabilidade, esses fatores facilitaram a assimilação com a cultura indígena, com quem teve um primeiro contato, e depois com a negra.

O segundo fator era a necessidade sexual dos portugueses, a escassez de mulheres branca teria desencadeado, o interesse dos conquistadores pelas índias e negras. Estas relações fizeram emergir uma questão de teor negativo, no que diz respeito à historiografia conservadora, que é justamente a mestiçagem como algo degradante para a cultura brasileira, em certo momento Freire afirmará que

² FREIRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Rio de Janeiro: Record, 1997. 201 p.

o negro é culturalmente superior ao indígena e em certos pontos até mesmo ao português contrapondo-se a algumas interpretações oficiais, ele levanta uma crítica aos “racistas” ao falar a respeito dos testes de inteligência ou – “principalmente a forma do crânio, que se tem pretendido ligar a inferioridade do negro”³.

O autor argumentará o caráter positivo da mestiçagem na construção social, tendo provavelmente influencia de Franz Boas e suas concepções, José Carlos enfatiza. - “Este dava ênfase ao conceito de cultura, combatendo o evolucionismo biológico, racial”⁴ -, percebe-se isso, porque durante o período de seus estudos na Universidade Americana, elaborou uma linha de pensamento que diferenciava raça e cultura, ou seja, separou a herança cultural da étnica, eis que ele rompe com o determinismo geográfico e racial, lançando novas perspectivas na pesquisa histórica, baseada na análise das particularidades culturais, tendo em vista de que ela foi o resultado do contexto histórico e suas inúmeras influências; no caso dos negros ele os enfatiza, no seu papel civilizador, segundo o qual, haveria a incorporação de usos e costumes africanos no cotidiano da família patriarcal numa relação benevolente entre os senhores e os escravos, este foi um elemento central na valorização da mestiçagem.

Com a idéia de relações harmonizadas entre as raças, muitas tensões foram de certas formas ocultadas, pelo menos no que diz respeito a sua intensidade e proporções, Freire justifica esse fato, pela falta de capacidade técnica ou política de reação.

De qualquer modo, a mestiçagem se desenvolveu a partir das primeiras aproximações em meio a conflitos culturais que muitas vezes tornaram-se provavelmente irreconciliáveis. Primeiro ela envolveu o europeu e as índias, mas tarde incorporou outros grupos africanos, isto, através de relações sexuais

³ FREIRE, Gilberto. Opt. Cit. 2 p.

⁴ REIS, José Carlos. Anos 1930: Gilberto Freire. O relogio da colonização portuguesa. As identidades do Brasil: de Varnhagem à FHC. 6ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2003. 53 p.

forçadas ou consentidas, mas há a situação inversa, relação entre brancas e índios ou negros, que ocorreram raramente. Isso põe em “xeque” a velha idéia de “democracia racial”, de convivência igualitária entre as raças defendidas, segundo alguns críticos, por Gilberto Freire. Esse mito passou a ser formulado entre a Abolição e a Proclamação da República, ganhando impulso na década de 1930 com a rejeição do racismo. Para Elide Rugai, - ”Gilberto Freire, ao discutir os estudos dos autores racistas, formula uma interpretação do Brasil como sociedade constituída, na base, por uma democracia racial, resultado da interpenetração de várias etnias e culturas em harmonia”⁵ - , ele seria segundo alguns autores o maior representante desse mito.

Apesar de questionado e combatido esse conceito foi muito usado no Brasil. Trata-se realmente de um mito, porque a “mistura” não produziu a declarada democracia racial; isso é demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular, dificultando até a formação crítica e a consciência política dos membros dos grupos oprimidos. No entanto, no plano biológico, a mestiçagem brasileira tem algo de particular que pode nos distinguir da mestiçagem no sistema norte-americano, pois o preconceito racial no Brasil, que desse fato foi proveniente, é mais um preconceito de cor do que de origem. Isso significa dizer que o chamado mestiço brasileiro, pode ultrapassar a fronteira racial, combinando o grau de miscigenação com suas condições socioeconômicas.

Se hoje o Brasil se orgulha de ser um país tolerante em relação às influências culturais trazidas pelos povos que pra cá vieram, é preciso ter a consciência de que essa tolerância não foi imediata, houve momentos e épocas em que as manifestações culturais foram proibidas bem como reprimidas pelas leis e medidas policiais, foi o caso, notadamente, das manifestações culturais de origem africana.

⁵ BASTOS, Elide Rugai. A questão racial e a revolução burguesa. In: Ensaio sobre Florestan Fernandes, Rio de Janeiro. Paz e Terra, São Paulo: Unesp, 1987. 140 p.

Na chamada República Velha a elite política esforçou-se em construir a imagem de um Brasil moderno, rumo ao “progresso”, conforme os modelos norte-americano e europeu. Para isso era preciso destruir as heranças escravistas. Foram proibidas, por exemplo, as batucadas realizadas pelos negros durante o carnaval, devendo entrar em seu lugar os desfiles em carros abertos, a moda francesa, com a presença de pierrôs e columbinas, personagens da cultura européia.

Após a publicação de Casa-grande e senzala, a tese da mestiçagem passa a apresentar novo direcionamento, pois, até 1930, o pensamento de muitos intelectuais afirmava que a miscigenação tinha comprometido definitivamente o futuro do Brasil. Freire trouxe uma nova interpretação da miscigenação, passa a ser referência para o mundo pós-1945, que vivera uma guerra também com motivações raciais declaradas. Sendo assim, ele considera de modo geral a formação da sociedade brasileira dentro de um processo de equilíbrio mas também com antagonismos, o exemplo da mestiçagem estaria associado aos males da sifilização que permeou aquela sociedade. Outro fator negativo teria sido traços de fraqueza física, preguiça, corrupção sexual e debilidade, herdada pela sociedade no período da colonização, essas seriam heranças de origem social e cultural e não racial, ele amplia esse debate aplicando a organização política da colônia às suas bases culturais.

Este ano a obra completa 71 anos desde sua primeira publicação, sua repercussão foi imensa após seu lançamento, pode-se perceber isso pelos números de edições que existem em outros países, mas isso não significa dizer que as críticas não fossem intensas, isso foi algo inevitável, um dos motivos poderia ser que, em meadas da década de 1930 o marxismo começaria a se tornara base de sustentação de muitas pesquisas, ou então pelo fato de alguns críticos, terem a opinião de que os problemas estudados por Freire teriam sido construídos na perspectiva do senhor de engenho - “O seu olhar sobre o Brasil é senhorial, e portanto, ele olha da janela da sala de visitas, do alpendre, da casa-

grande”⁶. Esta é uma crítica que indaga a representação de Freire com relação a sociedade patriarcal colonial.

Isso tem embasamento também na situação em que o Brasil se encontrava na década de 1930, as mudanças, viriam com o intuito de também transformar os principais centros urbanos, eis que a tradicional face predominantemente rural do Brasil estava por se transformar, e o impacto das mudanças alterariam as estruturas políticas, sociais e econômicas, como também culturais, que teve um dos seus pontos de referencia a “Semana de Arte Moderna” em 1922, com suas conquistas renovadoras.

Alguns letrados na década de 1930 sentiram a necessidade de interpretar o país. E muitos ensaios que utilizavam abordagens renovadoras partiam de “Casa-grande e senzala”. Freire como um dos representantes da velha aristocracia rural em crise, escreveu o livro, exaltando a figura do senhor de engenho como tendo um papel decisivo no processo civilizatório, mesmo que implantado o regime escravocrata, ele justifica esse método que o colonizador utilizou no Brasil, como necessária naquele momento. José Carlos Reis, indaga que o livro de Freyre “(...) é uma obra neovarnhageniana, é um elogio da colonização portuguesa, e uma justificação da conquista e ocupação portuguesa”⁷ isto implica dizer que Varnhagem lamentava o sistema latifundiário e escravista, a presença do negro no Brasil viria a constituir uma população muito heterogênea e com um grande desprestígio, o ideal seria o sistema de doações de terras a agricultores europeus, e a escravidão antes fosse a do índio, que a dos negros. Divergentes contextos, esses dois escritores fazem elogios a um passado que as elites vigentes criaram em benefício próprio, sendo que Varnhagem nos anos de 1850, no momento que o Brasil passava de colônia a nação, defendia a continuidade colonial. Enquanto que Freire se difere, pois as ameaças dos que lutavam para romper com os resquícios de um Brasil

⁶ REIS, José Carlos. Op. Cit. 65 p.

⁷ Op. Cit. 55 p.

governado praticamente pelas oligarquias eram constantes. Diferentes metodologias e tendências, esses dois autores transparecem a dialética, entre as construções historiográficas, que contribuem para o entendimento histórico através de diversos enfoques, com idéias que também compactuam semelhanças.

Mas para se tentar compreender a escravidão no Brasil como uma formação econômica, é preciso levar em consideração as condições que estruturavam a colônia, interna e externamente, pois era uma sociedade dominada, e que fora organizada num processo gradual que iam de acordo com os interesses dos agentes metropolitanos; estes, por sua vez, eram subordinados às necessidades comerciais européias. Mas as particularidades da organização da colônia apresentava especificidades ante os demais mercados coloniais da Europa. Não se pode aplicar os padrões de análise para a sociedade européia a realidade do Nordeste açucareiro, como a analisada por Freire, pois esta se sustentava sobre um sistema escravista e essencialmente latifundiária.

Esta sociedade agrária manteve suas relações sociais sem muitas mudanças significativas, a unidade básica de produção era os engenhos, com a produção de açúcar, que foi base de sustentação dos senhores de engenho durante muito tempo. Mas não era exclusiva na economia, tinha-se outras fontes de renda e sustentação, todas com a mão-de-obra primeiramente indígena e posteriormente com a dos negros vindos da África.

Têm-se inúmeras teses que se opuseram a concepção defendida por Freire acerca da benevolente relação entre os senhores e os escravos. Emilia Viotti da Costa faz uma crítica ao escritor, -“Estes cientistas acumularam uma nova quantidade de evidências de que os brancos não foram preconceituosos e de que os negros, apesar de não terem sido legalmente discriminados, foram “naturalmente” e informalmente segregados”⁸.

⁸ COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia a República. In: O mito da democracia racial. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

O que a autora reafirma é a opinião de alguns críticos, que enfatizam a importância da influência africana na cultura do brasileiro, Gilberto Freire o faz afirmando a importância do negro na vida sexual e familiar do brasileiro, que ao ser segregado, neste caso, nos engenhos, foram os responsáveis por influências construtivas, numa relação harmoniosa, terminando por deixar a desejar, as proporções físicas e psicológicas na vida desses homens e mulheres, que tiveram sua liberdade apropriada e foram obrigados a se enquadrar nos padrões de vida que o regime escravocrata lhes impunham. Este pensamento de Freire é o alvo de muitas críticas, pois a aceitação dos negros diante sua situação, seria representada, por Freire, como algo natural, ele defende a tese de que, a partir dos traços psicológicos, sociais e culturais, pode se perceber o negro em sua função colonizadora, que vai além de um simples colaborador do branco, mas se torna um agente um agente disseminado da cultura européia, remodelada através da influência de seus valores de raízes africanas, especialmente expressada na escrava agregada à casa-grande, que “dominava” e influenciava os padrões de moralidade responsáveis por orientar o comportamento da família patriarcal.

As identidades que permeiam nossa sociedade hoje, são desde a ocupação portuguesas, distintas entre si, o que Freire em sua obra faz de certa forma o escamoteamento da identidade e consciência étnica, principalmente o negro. Além de transparecer uma percepção errônea de que, quanto mais o negro se aproximava dos padrões dos brancos mais ele seria aceito.

Não se pode negar que o livro foi revolucionário em muitos aspectos, pois não tem quem analise a formação da sociedade brasileira e do povo brasileiro, com suas identidades instituídas sem recorrer ao livro de Freire, tendo em vista que as identidades são historicamente construídas num processo constante, para se adaptar aos contextos e interesses que tendem a se apoiar a algum tipo de tradição ou de práticas culturais.

Todavia, mesmo constituindo um clássico, novos estudos historiográficos têm apresentado críticas ao pensamento de Freire, especificamente quanto a

mestiçagem realizada e os meandros da escravidão por ele trabalhados. Para esses autores, a crítica a Freire baseia-se na sua “tolerância” frente à justificativa da escravidão como elemento indispensável á nossa formação.

CAPÍTULO II:

Uma reflexão sobre o racismo no Brasil: O livro didático como uma referência na luta contra a discriminação racial.

A historiografia brasileira, ao produzir obras que tratam da História do Brasil colonial, tendem geralmente, a abordar a escravidão negra sendo inerente a um sistema econômico, imposto pelos colonizadores, como uma das soluções para a falta de mão-de-obra. A trajetória dos negros que foram trazidos para o Brasil é tratada, não por uma história que advém ao processo de sua pessoa, mas de sua condição naquela sociedade, que era o de escravo. É preciso perceber que é impossível discutir qualquer aspecto sobre a escravidão sem focar seu papel estruturante do ponto de vista social, econômico, político e cultural. Isso não significa dizer que as variadas relações que emergiram entre as etnias e que definiram o cotidiano e o modo de vida de nós brasileiros sejam ofuscados, pois a historiografia mais recente trabalha esta questão, não traçando o perfil do negro como inferior, mas sim diante de um sistema econômico de exploração que lhe identificou como um ser inferiorizado perante aquela sociedade.

No caso dos autores que destacam exarcebadamente o papel que o negro teve na formação da sociedade brasileira, como no caso de Gilberto Freire, que aponta a utilização da mão-de-obra escrava pelos colonizadores, como algo justificável naquele momento, Emília Viotti da Costa explicita que Freire- “argumentava que por terem desfrutado oportunidades de mobilidade social e expressão cultural os negros brasileiros não teriam desenvolvido uma consciência de serem negros (...)”¹. Isso termina por não contemplar particularidades que o universo complexo da escravidão era composto,

¹ VIANA, Larissa. Democracia racial e cultura popular: debates em torno da pluralidade cultural. In: Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003. 105 p.

transformando a condição de escravo como algo “natural”, este fato não significa dizer que o autor não destaque as contribuições do negro para aquela sociedade, isso ele o faz bastante, mas o que ocorre, é que, ele termina fazendo comparações entre o branco, o índio e o negro que acaba inferiorizando um ou outro em determinados aspectos.

Mas o fato foi que, no Brasil, os escravos e seus descendentes foram obrigados a desenvolver mecanismos de sobrevivência, moldando-se a partir de novas relações sociais e culturais que estavam lhes sendo impostas e que iam se modificando nos mais de três séculos de escravidão.

Sendo o Brasil o último país ocidental a abolir o trabalho escravo, a violência, a discriminação, o preconceito racial e as enormes diferenças sociais, são elementos ainda bastante presentes em nossa sociedade marcados pela escravidão. Mesmo com mudanças significativas, o professor é muito cobrado pela sociedade para incentivar a reflexão e o senso crítico de seus alunos diante desses problemas, com o objetivo de contribuir para uma formação política voltada na emergência de um processo de mudanças, já em curso na sociedade brasileira.

Diante dessa discussão, analisar o livro didático é imprescindível, pois ele é composto a partir de várias leituras historiográficas, e através destas foi se construindo os discursos que criaram as mais diversas identidades, principalmente as que foram baseadas nas relações entre as chamadas “raças”, surgindo o conceito de mestiçagem , e o professor tem a obrigação de estabelecer uma relação crítica com esse seu instrumento de trabalho, o livro didático.

De acordo com Marisa Vorraber Costa a identidade é inventada a partir de instituições da linguagem, das narrativas, textos e discursos (...) “A linguagem,

as narrativas, os textos, os discursos não apenas descrevem ou falam sobre as coisas, ao fazer isso, eles instituem as coisas, inventando sua identidade”.²

Assim devemos compreender as identidades dentro de seus discursos fundadores, levando em consideração que eles são construídos historicamente e estão carregados de valores e normas que as sociedades impõe. Portanto, a educação deve ser voltada para o respeito aos indivíduos e suas diferenças, e a escola como um todo, deve criar condições para que os alunos tenham acesso aos conhecimentos que foram elaborados historicamente e socialmente, como também deve contribuir para a formação do aluno como sujeito de sua própria história, ou seja, como cidadão que identifica com o processo histórico, e que podem atuar nele.

“A idéia veiculada na escola de um Brasil sem diferenças, formado originalmente pelas três raças – o índio, o branco e o negro – que se dissolveram dando origem ao povo brasileiro, também tem sido difundida nos livros didáticos neutralizando as diferenças culturais e, às vezes, subordinando uma cultura à outra. Divulgou-se então, uma concepção de cultura uniforme, depreciando as diversas contribuições que compuseram e compõem a identidade nacional”³. Essa crítica retirada dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apontam a adoção do tema transversal “pluralidade cultural”, na luta contra a discriminação racial no Brasil, pois durante muito tempo se discutiu a construção de um país mestiço baseando-se no mito da “democracia racial”, e isto a algum tempo já vem sendo questionado.

A proposta de Hebe Maria Mattos neste debate é o de propor a “educar para a compreensão e o respeito a dinâmica histórica das identidades socioculturais efetivamente construídas”⁴, levando em consideração que esta

² COSTA, Marisa Vorraber. *Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura*. In: *Linguagem no Ensinar e no Aprender*. Vera Maria Candau (org). 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

³ PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 125 p.

⁴ MATTOS, Hebe Maria. *O ensino de História e a luta contra a discriminação racial*. In: *Ensino e História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003. 129 p.

dinâmica se alterna, no caso dos negros, sua condição de escravo como degradante para a sociedade foi o que mais contribuiu para que as formas históricas do racismo tendessem a segregação em meios a conflitos e a intolerância que marcaram as relações que nem sempre foram pacíficas, foi nesse cenário que os contornos daquela sociedade apareciam socialmente “comuns e naturais”.

Ao adotar o tema transversal “pluralidade cultural”, o livro didático considerado o referencial básico e necessário no processo de ensino e aprendizagem, proporcionará aos professores e aos alunos uma reflexão acerca das diferentes identidades que permeiam a vida social, onde na maioria das vezes suas especificidades são silenciadas, mas os livros didáticos mais recentes geralmente trabalham essa questão tendo como referencia didático-pedagógico os (PCNs), na busca de contribuir para o debate em questão.

Os livros didáticos aqui analisados que trabalham com os conteúdos de escravidão, devem ser vistos como uma contribuição no debate sobre o racismo. Obviamente não pretendo esgotar todas as interfaces que o tema requer, mas tão somente apresentar que o livro didático de História, mesmo apresentando modificações e inovações teórico-metodológicas, ainda é carregado de preconceitos. Os conteúdos trabalhados sobre a escravidão foram pesquisados nos seguintes livros: PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. História e Vida. São Paulo, Editora Ática, 2000. ASSIS, Francisco. História. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

O livro “História e Vida” foi lançado em 2000 e trata-se de uma coleção de quatro volumes, nos quais o primeiro volume se enquadrará em minha discussão, intitulado “Brasil :dos primeiros habitantes á independência”, ele terá como objetivo segundo os autores -“(...) ser útil para a formação intelectual, para o desenvolvimento de uma cidadania dotada de senso crítico e espírito

participativo e para a convivência na família, na escola, no seu grupo social, no país”⁵.

O livro foi dividido em vários capítulos, que serão constituídos por textos explicativos, onde constarão informações importantes para a compreensão dos assuntos tratados em cada capítulo, os mesmos terão trechos de outros livros, revistas e jornais, como recursos didáticos o texto explicativo será acompanhado por mapas, imagens, ilustrações e gráficos, que tem a intenção de ampliar e facilitar a compreensão do assunto. Sua estrutura também apresenta textos nos quais são expostos informações de acontecimentos mais recentes e que estarão diretamente relacionados com o que estar sendo discutido.

A segunda parte dos capítulos é constituída pelas atividades, há cinco seções de atividades, além das propostas inseridas ao longo do texto explicativo.

No final do livro foi elaborado um Dicionário, algumas leituras complementares, a bibliografia e os créditos das imagens.

O capítulo específico que discutirei será o sétimo, intitulado “A escravidão”, o capítulo possui cinco subtítulos que são: Da África para a América; Origem dos escravos; O cotidiano do trabalho escravo; Conflitos culturais; Os escravos resistem: formas de luta contra a escravidão. A o final do capítulo são apresentadas as atividades propostas.

Os autores têm como objetivos, neste capítulo, segundo os mesmo, despertar o interesse e a curiosidade dos alunos a respeito da história de seus antepassados, assim verificar a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira, destacando a importância da cultura africana para esta sociedade; estimular a reflexão sobre as condições sócio-econômicas dos negros na sociedade brasileira atual, como consequência de valores culturais estabelecidos ao longo do tempo.

No decorrer de todo o capítulo vê-se muitas imagens, caracterizada como recurso didático não escrito, mas que podem possibilitar a partir de sua

⁵ PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. História e Vida. São Paulo: Editora Ática, 2000. 3 p.

observação, um estímulo na sua compreensão, ou seja, como as imagens caracterizam uma determinada sociedade, no caso dos mapas, eles permitirão que você localize no tempo e no espaço os fatos apresentados. Circe Bittencourt enfatiza. - “As gravuras, fotos, filmes, mapas tem sido utilizados há algum tempo, como recurso pedagógico no ensino de História. Os livros didáticos de História, já em meados do século XIX, possuíam litogravuras de cenas históricas intercaladas aos textos escritos, além de mapas históricos”⁶ - . Como se observa no livro, ele está repleto de ilustrações, que demonstram o quanto esse recurso é importante no processo de produção do conhecimento histórico, mas nem sempre eles podem proporcionar os questionamentos necessários, pois deve-se levar em consideração que determinadas imagens podem transmitir estereótipos dos indivíduos naquela sociedade.

Com referência a abordagem da escravidão no Brasil colonial os autores trabalham a problemática no viés de uma história factual já discutida neste trabalho monográfico, que é justamente a percepção de que os negros africanos que foram trazidos de diferentes regiões da África, são observados, primeiramente em sua condição de escravo, isso é o que mais prevalece. Posteriormente é apresentado o cotidiano desses negros que é o trabalho escravo e os conflitos gerados pelas relações que seus “dominadores” lhes impuseram. E por último e não menos importante, as formas de luta contra a escravidão, oferecendo como exemplo, os quilombos.

Trabalhados esses aspectos, eles fazem um resumo de que a discriminação e o preconceito racial são heranças de nosso passado colonial, com a proposta de levar o aluno a refletir sobre o conceito de liberdade, relacionando-o à sociedade atual, com suas regras de comportamento coletivo e seus valores estabelecidos. Discutir essas questões com os alunos é indispensável, mas devemos salientá-los, que o longo período em que a escravidão estruturou nossa sociedade,

⁶ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: O saber histórico na sala de aula. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998. 69 p.

inúmeras foram as mudanças que envolveram a vida cotidiana e a forma com que se relacionou essas culturas diversificadas.

No livro **“História. Do mundo medieval ao período colonial”**, de 2001, a estruturação será semelhante, comparado ao outro livro já analisado. Composto por uma coleção de quatro volumes, ele será apresentado pelo autor, que irá propor aos professores que nas aulas de História se dediquem- “(...) ao estudo da trajetória da humanidade sempre analisando os vários aspectos – político, econômico, social, religioso – envolvidos em cada tema abordado”⁷.

Este volume está dividido em dezoito capítulos, que foram agrupados em quatro unidades temáticas, que serão constituídas pelo chamado texto explicativo, com suas informações ditas básicas referentes ao tema do capítulo, além de trechos de documentos históricos e das análises de outros pesquisadores. Os usos das imagens são feitos logo na apresentação das unidades, aonde o autor tenta relacioná-las com os conteúdos abordados.

Na orientação da leitura, os capítulos são organizados em subtítulos, que também irão facilitar o trabalho em sala de aula, segundo o autor. No decorrer de toda a unidade se destacarão alguns conceitos vistos com importantes e citações que aparecerão em fundos coloridos, para ter uma maior visibilidade. As fotos, os mapas e as ilustrações, serão as partes constituintes do texto, nelas se verá as legendas contendo informações referentes às mesmas. Com relação ao Glossário ele trará explicações de algumas palavras ou expressões contidas nos textos. Já na parte das atividades elas foram divididas em três seções, com diferentes propostas e objetivos, a primeira chamada de “Compreendendo o capítulo” vai ser uma síntese de algumas questões do capítulo, percebidas como importante, depois têm-se “Estudando outros textos”, que trazem atividades de interpretação de um texto ou imagem complementar e por último “Ampliando o conhecimento” são propostas de atividades, que em sua maioria vão ser

⁷ SILVA, Francisco de Assis. História. São Paulo: Editora Moderna, 2001. 3 p.

realizados em grupos, podendo ter também o envolvimento com outras disciplinas, nessa seção haverá sugestões de pesquisa, debate, entrevistas, confecções de mural etc. No final do livro se encontra a bibliografia citada.

A abordagem da escravidão vai ser encontrada na Unidade IV, intitulada “Escravos e homens livres no Brasil português”, dividida em seis capítulos, que são enumerados do capítulo 13 ao 18, pelos quais discutirei o capítulo 14 “O negro: a liberdade perdida”, esse capítulo possuirá três subtítulos que são: África e Brasil se unem num mesmo destino; O cotidiano do negro na colônia; Uma reflexão sobre o negro no Brasil.

Neste capítulo os autores não explicitam seus objetivos antes de abordarem os conteúdos, que neste caso, será o escravismo colonial no Brasil, esse livro trabalhará a problemática semelhantemente ao anterior, já discutido, numa perspectiva de história factual, o negro na condição de escravo que veio para o Brasil suprir de certa forma a falta de mão-de-obra exigente pelo sistema econômico vigente, bem como abordou, de forma superficial, o processo de escravização enfatizando, a idéia difundida pela Igreja de que o negro não tinha alma, essa concepção foi percussora de muitas teorias racistas.

Schwarcz enfatiza que -“Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montavam”⁸. E neste sentido que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transformam em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais, essas teorias caracterizavam de maneira pessimista a mestiçagem, que foi argumentada de certa forma para explicar o atraso do país, essas persistiram num período demasiadamente longo, que num período muito posterior foi questionada, dando subsídios para outras interpretações.

⁸ SCHWARCZ, Liliam Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo. CIA das Letras. 1993. 8 p.

Em seguida é trabalhado o cotidiano do negro na colônia, desde o momento que eram vendidos para diferentes regiões. O último subtítulo fará uma reflexão sobre o negro no Brasil português, sua situação diante de um sistema extremamente cruel. No final do capítulo se encontram as atividades. Na maioria dos capítulos, pelo menos na Unidade IV, a questão do negro no Brasil, será constantemente retomada, já que ele é um dos elementos chaves do sistema colonial, não discriminando outras etnias, mas grande parte da produção de riquezas extraídas ou implantadas no Brasil teve seu processo de obtenção através da mão-de-obra escrava. É destacada também a mistura cultural que faz parte da realidade brasileira, em especial a africana, ainda relativamente discriminada.

Tendo em vista que o professor é muito cobrado pelas instituições escolares a ministrar o conhecimento que foi selecionado pelo próprio autor do livro didático a partir de suas próprias experiências e objetivos, o saber que nele está inserido é aquele que foi sistematizado e autorizado pela ciência, ciência essa que a sociedade capitalista tanto destaca, mostrando que a vida moderna só pode ser entendida pela ótica dos métodos científicos, estes portanto devem ser questionados, pois é mutável, deve-se levar em consideração também, dois fatores que possivelmente interferem diretamente em sua composição, que é a contextualização em que o livro foi produzido que se difere do momento em que os fatos aconteceram, portanto é uma visão direcionada, a partir de influências de sua realidade, e também os interesses políticos e econômicos diante o mercado consumidor.

Mas o que ocorre, é que, são muitas as lacunas sobre a trajetória dos negros no Brasil e suas implicações, sua imagem infelizmente ainda é repassada nas escolas como a de homens acorrentados, impotentes devido a sua condição de “submissão”, isto é o que muitos livros registram consciente ou inconscientemente através de algumas imagens. O fato foi que, o povo negro lutou por sua liberdade, não se rendendo a degradação de sua cultura sob a

condição que lhes foram imposta, a de escravo, isso é limitado na maioria dos relatos oficiais, aonde as propostas curriculares propõem se relativizar os estudos teóricos que trabalham com a cultura brasileira.

Isso se faz traduzir em alguns discursos, que permite que nossa sociedade, seja de certa forma, disciplinada, organizada e controlada, fazendo com que o imaginário das pessoas incorporem a idéia de nação, tendo o Estado como representante do coletivo. Sendo assim, as lutas surgem para os mesmos interesses em comum, com o propósito de alienar para os problemas diversos de nosso país e da população, aonde o sujeito coletivo, nada mais será, do que o resultado de uma sociedade capitalista cada vez mais competitiva. Portanto, os espaços que este sujeito ocupa, devem ser repensados e questionado, pois quando optamos por trabalhar com a diversidade existente no âmbito social, estamos indo contra a um poder instituído que não lança olhares efetivos e constantes de compreensão para essa problemática.

CAPÍTULO III:

Contribuição pedagógica da problemática “Escravidão colonial” para o ensino de História.

Segundo Schmidt “Ao professor cabe ensinar, o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas”¹. Portanto, não basta apenas transmitir informações, mas induzir os alunos a questionar o que esta sendo dito e, conseqüentemente, produzir seu próprio conhecimento, ciente de seu papel como agente engajado na sociedade. Na prática, essa questão é demasiadamente complexa, pois envolve não somente a instituição escolar como um todo, mas também as dimensões que a política, com seu poder, pode proporcionar diante a participação ativa dos indivíduos na sociedade.

A formação do professor é uma questão que vem sendo discutida, porque o processo de ensino e aprendizagem, contribuirá de forma concreta no processo de desenvolvimento dos indivíduos, desse fato emerge a reflexão de que tipo de profissional esta sendo formado, diante tantas dificuldades porque passa nosso país. Neste debate se enquadra à problemática da exclusão social, e a escola não deve disseminar a permanência das relações sociais existentes ou as ideologias manipuladas pelos setores mais privilegiados da sociedade, impedindo a transformação social requerida pelos menos favorecidos econômico, social e politicamente, mas sim oferecer através dos professores, de suas abordagens e metodologias, aos alunos, uma reflexão que lhes permitam assumir posições diante determinados problemas e oferecer possibilidades para sua resolução.

¹ SHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano em sala de aula. In: O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 1998. p 57.

De fato, as dificuldades do professor são inúmeras para a elaboração de uma prática pedagógica mais justa e coerente com a realidade do aluno. Diante de uma sociedade que é democrática, muitos são os que ainda não dispõem do real significado da cidadania, com seus direitos e deveres assegurados. De acordo com a Constituição Federativa Brasileira, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito á vida, á liberdade, á igualdade, á segurança e a propriedade(...)”², mas ser cidadão não é apenas estar ciente de seus direitos, mas construir novos direitos e rever os já existentes.

Neste sentido a escola e a família são os lugares por excelência onde as diferenças se encontram, e o professor tem uma influencia bastante significativa na formação tanto intelectual quanto do caráter do aluno, e a cidadania, num sentido mais amplo aponta para a possibilidade de participação efetiva dos indivíduos na sociedade, e deve ser iniciada a partir da aceitação do outro, e para isso, a interação se faz necessário, os indivíduos e suas experiências devem ser percebidos como um enriquecimento para a compreensão da maneira que vive a maioria das pessoas em nossa sociedade, eclusas . Neste caso a problemática da cultura deveria estar como enfoque principal nos sistemas educacionais de ensino, especialmente os formadores de futuros profissionais nas várias áreas do conhecimento.

Assim, a contribuição da escola para com o professor é fundamental, ao trabalhar assentada na base dos princípios de liberdade; condições dignas de trabalho; tolerância e respeito com o outro; igualdade entre todas as pessoas; direitos humanos; deveres para com o país; repulsa a qualquer manifestação de violência contra os indivíduos. Dessa forma pode-se propor iniciativas oferecendo subsídios na resolução de problemas que infelizmente permeiam em nossa sociedade, sendo um deles o preconceito racial, ou em termos mais

² BRASIL, Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. p 5.

abrangentes, a discriminação, que ainda se traduz de várias formas, apesar de proibido e condenado pela legislação vigente, esta que não se constitui como um instrumento suficiente, embora necessário para a erradicação dessa prática, que ainda persiste em nossa sociedade. A não aceitação das diferenças de gênero, religião, região, linguagem, etnia e outros geram conflitos que tem causas e motivações complexas, que precisam ser explicitadas para conhecer a nossa própria história e como nos posicionar diante de uma cultura que foi, e ainda o é, multicultural, portanto diversificada; o que é ótimo, pois as experiências diversas devem ser explicitadas. Essa é uma reflexão que não pode atribuir de forma parcial aos fatores políticos, sociais, econômicas e até mesmo psicológicos, múltiplas são as abordagens que podem oferecer uma melhor compreensão da problemática aqui abordada.

A experiência relacionada à escravidão dos negros vindos de diferentes regiões da África, fez emergir o pior dos preconceitos, o racial. De acordo com o Dicionário Aurélio a escravidão seria um “Regime de sujeição do homem e utilização de sua força para fins econômicos, como propriedade privada escravocrata”³. Em suma, este conceito é mais complicado de definir do que pode parecer, pois todas as esferas da vida social no período de vigência da escravidão, estavam marcadas por seus efeitos. O conceito também implica aceitar que as instituições, leis e valores estavam determinados pelas relações escravistas de produção e existiam para manter os escravos subjugados e legitimar ainda mais a sua condição.

Devemos, pois, reconhecer e fazer perceber aos alunos e a população que a escravidão e o tráfico de escravos, representou todo o tipo de violência que um processo como o aqui estudado produziu. A subjetividade da escravidão tem sido trabalhada muito por psicólogos e antropólogos, com o objetivo fundante de mostrar o quão foi horrendo a escravidão e o racismo a partir dela criado, pois o

³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa, 4 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000. 282 p.

preconceito racial não é só danoso pelo ódio à cor, ele também afeta a honra, a estima e, conseqüentemente, a confiança nas instituições.

E a análise das formas de resistências se faz necessário, pois, constitui o principal elemento de luta contra a situação violenta da escravidão. Os quilombos representaram uma das mais conhecidas formas de resistência do escravo. O Quilombo dos Palmares situado entre Pernambuco e Alagoas, foi o que mais teve destaque por sua longa duração, aproximadamente um século, e pela a construção das imagens celebrizadas de seus líderes, a exemplo de Zumbi dos Palmares. Essa associação de resistência com os quilombos, não foi uma regra e sim exceção e tende a desconsiderar várias outras formas de resistência ao escravismo, como as presentes no cotidiano dos escravos, como os abortos, as mutilações, os roubos, o chamado “banzo”, que abatia e matava os negros, e era considerado por muitos historiadores como uma “saudade” da África, ao que parece se tratava de uma depressão resultante dos sofrimentos da escravidão, e muitas outras formas de resistências presentes nas manifestações culturais e religiosas, as lutas se traduzia como forma de preservarem suas tradições, não se deve mascarar os conflitos eles devem ser explicitados para que cultura brasileira reconheça suas possíveis origens.

Mas o “fim” da escravidão, não significou o fim do preconceito racial, a sociedade herdeira dos benefícios do trabalho escravo, continua nutrindo o sentimento do preconceito com relação aos negros. Essa afirmação percebemos em muitos trabalhos acadêmicos, quanto ao negro na escola, isso se faz sentir através das estimativas quanto as conseqüências desse preconceito encoberto, transparecendo mediante a baixa estima entre os alunos negros, afetando seu rendimento escolar, aumentando o índice de repetência e causando transtornos morais e psicológicos.

Em matéria da Revista Nova Escola, intitulada “Respeitar as diferenças” há a afirmativa da necessidade de “ações que valorizem as diferentes etnias e

culturas que devem, sim, fazer parte do dia-a-dia de todos os colégios”⁴. Ou seja, conhecer através da genealogia que grande parte da população brasileira é descendente dos vários povos que constituíram nossos pais no período de sua colonização, principalmente os negros que eram em maioria, isso é motivo de orgulho, fazer observar que não somente as características físicas, mas nossa própria cultura é diversificada.

Os professores têm dificuldades de discutir essas questões, por não terem formação específica e por carregarem, culturalmente, grandes tabus sobre os temas. Historicamente as diferenças foram construídas associadas a muitos preconceitos que gerou a exclusão dos indivíduos em toda as estruturas da sociedade e esta exclusão tem sido bastante debatida no âmbito escolar, mesmo que ainda de maneira não aprofundada, dando ênfase às metodologias e abordagens que permitam que o aluno, compreenda que determinada realidade social ou econômica, e seus conflitos, são problemas de todos, e é uma realidade passível de interpretações diversas e conseqüentemente de mudanças.

Numa experiência particular, recordo-me do período em que fazia a 6^o série (atual ensino fundamental), a professora ao trabalhar o tema “A Abolição da Escravatura”, exaltava a figura da princesa Isabel, pelo fato de ter assinado a Lei Áurea. Porém, a professora não explicou que quando a lei foi assinada apenas uma minoria de negros viviam sob o regime da escravidão, os números de libertos era considerável. Com isso, mais uma vez, aparece a figura da heroína “branca”, como a mentora que aboliu a escravidão em 13 de Maio de 1888.

Enfim, não existe explicação para a discriminação racial, seja ela na teoria ou na prática, e a função do professor numa problemática como essa, ao trabalhar com conteúdos como o racismo, preconceito ou discriminação racial, deve; antes de tudo estar comprometido com um ensino questionador das condições sociais, econômicas e culturais do negro na sociedade de seu tempo (a

⁴ PELLEGRINE, Denise. Pluralidade cultural: Caminhos para respeitar as diferenças. Nova Escola, Abril 2002, São Paulo: Editora Abril, n 151. 26 p.

escravidão) e na atualidade (racismo velado) . A formação do professor deve ter competências e habilidades que lhe forneçam uma prática engajada com a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão no período colonial tornou-se a base de toda aquela sociedade que se organizou, numa relação de dependência com a metrópole portuguesa, moldando-se a partir de interesses que iam além de econômicos. Partindo dessa afirmativa, procurei discutir como Gilberto Freire buscou representar a sociedade brasileira, especificamente, a representação do negro e suas experiências. Experiências essas que tiveram origens e efeitos diversas e complexas, mas que em sua essência, fez das nossas representações culturais, a imbricação de culturas de diversificadas.

Nossa sociedade identifica o negro inferiorizado pelas suas condições na colônia, tido como uma simples “mercadoria”, no qual as pessoas o vendiam e trocavam de acordo com os seus interesses, estes que faziam parte do cotidiano, tornou-se um dos principais objetos de estudo deste período, principalmente pelas relações que emergiram no âmbito privado, e isto tem sido alvo de muitos debates em obras historiográficas e, também estão presentes, no livro didático, ao qual alunos e professores utilizam no dia-a-dia da escola, pois é o principal gerador de questionamentos sobre a representação dos indivíduos em determinadas épocas ou períodos, portanto necessita de uma preparação em sua leitura, para não se legitimar estereótipos dos sujeitos no sentido de lhes inferiorizar.

Neste caso, o professor tem um papel importante, conscientize de sua função, deve enfatizar que somos um povo com características físicas, culturais e sociais engendrada a partir de todo um processo de exclusão e o primeiro passo para isso é reconhecer as prováveis origens da exclusão e da falta de respeito e tolerância com relação ao outro, que neste debate foi o negro, apesar de questionar de forma relativamente breve, tentei traduzir o que na prática, só é

possível se os professores, coordenadores pedagógicos, psicólogos, enfim, os que fazem a escola, tiverem competências e habilidades no trato da questão aqui apresentada.

Só teremos uma sociedade menos injusta, menos preconceituosa e acabar com a discriminação, em especial a racial, a partir do momento que todos- estudiosos e profissionais do ensino- se perceberem como povo que têm em sua origem, elementos raciais, e um negro dentro de si, mas que infelizmente, não foi educado para reconhecer isso. Daí a grande responsabilidade do professor: trabalhar a cidadania que proporcione ao educando, se conhecer, conhecer a história de seu país e o mais importante se vê como agente da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bastos, Élide Rugai. Ensaio sobre Florestan Fernandes, Rio de Janeiro: Paz e Terra: Unesp, 1997.
- Bittencourt, Circe. Livros didáticos entre imagens e textos. In: O saber Histórico na sala de aula. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- Brasil, Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- Costa, Emilia Viotti. Da Monarquia à República. In: O mito da democracia racial no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- Costa, Marisa Vorraber. Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. In: Linguagem no Ensinar e Aprender. Vera Maria Gandau (org). 2 ed. Rio de Janeiro: DP&G, 2001.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- Freire, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.
- Pellegrini, Denise. Pluralidade cultural: Caminhos para respeitar as diferenças. In: Nova Escola, nº 151, Abril de 2002. Editora Abril.
- Piletti, Nelson; Claudino Piletti. História e Vida. São Paulo: Editora Ática, 2000.

- Reis, José Carlos. Anos 1930. Gilberto Freyre. O reelogio a colonização portuguesa. 6º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, São Paulo: Unesp, 1987.
- Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental. Temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Shmidt, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano em sala de aula. In: O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- Schwarcz, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-193). São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- Silva, Francisco de Assis. História. Do mundo medieval ao período colonial. 2 vol. São Paulo: Editora Moderna, 2001.
- Soares, Antonio, et tal. Permanências e atualidades de Casa grande e senzala. João Pessoa (PB). Edições UFPB, 1984.
- Viana, Larissa. Democracia racial e cultura popular: debates em torno da pluralidade cultural. In: Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.